

A PSICANÁLISE COM A CIÊNCIA

*Michel Lapeyre**
*Marie-Jean Sauret***

VERSÃO DE: *Catarina Coelho dos Santos*
REVISÃO DE: *Tânia Coelho dos Santos*

RESUMO

Este artigo discute o conceito de Ciência, partindo de sua concepção tradicional, que só reconhece como científicos saberes que tenham seus critérios totalmente fundamentados na razão, excluindo os demais, assim considerados falsas ciências, à visão da ciência moderna. A partir das dificuldades encontradas pela Biologia para alcançar o estatuto de ciência, os autores ressaltam o esforço feito pela Psicologia “dita” científica para obter reconhecimento. No sentido contrário da concepção tradicional, a ciência moderna não só considera a psicanálise como um saber científico, como aponta que sua construção teórica específica é decorrente da singularidade de um saber cujo ponto central é o real do sujeito.

Palavras-chave: Ciência; Biologia; Psicanálise; Sujeito; Darwinismo.

* Psicanalista; Professor da Universidade de Toulouse II - Le Mirail; Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Psicopatologia Clínica e Psicanálise da Universidade de Provence.

**Psicanalista; Professora da Universidade de Toulouse II - Le Mirail; Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Psicopatologia Clínica e Psicanálise da Universidade de Provence.

ABSTRACT

PSYCHOANALYSIS WITH SCIENCE

The authors take as an example the difficulties biology faces to be recognized as a science in its own right with the aim of grounding in reason the criteria to which a discipline must answer to be equal to consideration as Science. They note that what goes under the name of scientific psychology most often relies on a conception of biology that really derives from false sciences. However, a modern conception of science not only gives room to psychoanalysis but also requires a theory of the singular built from the real of the subject.

Keywords: Science; Biology; Psychoanalysis; Subject; Darwinism.

A PSICANÁLISE COM A CIÊNCIA(1)

A maioria dos psicanalistas, hoje em dia, estaria de acordo em reconhecer que a psicanálise não existiria sem que a ciência moderna a precedesse logicamente. A mesma maioria se divide sobre que conclusão tirar disso: para uns, psicanálise é uma arte, uma ruptura com a ciência; para outros, a psicanálise deve se manter sob o tacão da ciência submetendo seus resultados aos processos experimentais de validação; para outros ainda, a psicanálise é a prática e a teoria que serve para tratar os fatos que a ciência excluiu para poder constituir-se (o inconsciente e suas formações). Fica, então, ao cargo da psicanálise, fazer valer o rigor de suas demonstrações de uma forma que se mantenha comparável com a ciência.

Será que não conviria encarar uma quarta posição(2)? A invenção da psicanálise muda a ciência. Não existe ciência se esta excluir o que a psicanálise nela reintroduziu. Frente à pergunta do que é uma ciência após a psicanálise, nós proporemos examinar a seguinte resposta: é uma ciência que considera o sujeito, a singularidade, o Nome-do-Pai, etc. – até por que não existe ciência sem um sujeito que a fabrique. Procuraremos em seguida justificar a seriedade de uma hipótese que terá por consequência, entre outras, nos obrigar a pensar que “A psicanálise *com* a ciência” significa que a avaliação mesma é que é susceptível de ir, às vezes, *contra* a ciência!

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

A CIÊNCIA MODERNA

Para abordar este processo, retomaremos, em linhas gerais, o raciocínio e a demonstração de Jean-Jacques Kupiec e Pierre Sonigo (2000) à propósito da biologia: em que condições ela merece ser chamada de ciência? É necessário, ao mesmo tempo, equipar-se com uma idéia bastante precisa a respeito do movimento através do qual, concretamente, a ciência se constituiu, e também de localizar certos impasses específicos desse processo: não seríamos surpreendidos se descobríssemos que a psicologia e a psicanálise se inscrevem aí de modo diverso.

A) EM DIREÇÃO A UM NOMINALISMO POSITIVO

Afirmar que o advento da ciência moderna constitui uma ruptura epistêmica não significa nem que ela surge de repente, nem que seu advento tenha se mostrado irreversível em todos os domínios. de fato, foi ao menos necessário que os séculos anteriores tenham acumulado as condições para torná-la possível, mesmo que, no último momento, *esse advento se tenha devido a sujeitos contingentes* (Kepler, Galileu, Huygens): aparece, desde então, a *singularidade!*

Dentre estas condições, é necessário levar em conta o posicionamento de Platão contra a experiência enganadora dos sentidos. Infelizmente, o mito da caverna - que afirmava o primado das idéias sobre a realidade sensível - teria retirado os estudiosos do mundo concreto, e portanto do exame dos indivíduos e dos objetos em benefício das idéias gerais. Aristóteles corrigiu parcialmente esta orientação e fez um passo na direção do materialismo: segundo ele, de fato, só existem substâncias individuais feitas de matéria e de forma. Acontece que esta referência à forma não escapa completamente ao idealismo platônico, pois ele considera que a forma dos seres vivos é a alma (apesar de sua natureza psicofisiológica). de repente, seu *de anima*, que deve ser considerado quase como o primeiro tratado de

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

psicologia, relega esta última ao idealismo, hipotecando sua relação com a ciência.

Essa alma, terá ela uma realidade? Se é possível aproximar a forma dos seres vivos (os cães, por exemplo) do que nós chamamos de espécie (os caninos), a questão se torna: a espécie é uma realidade ou é um simples conceito? Esta questão foi decidida por Ockham: apenas os seres singulares existem; se uma série deles se parecem, é por pragmatismo que os reunimos sob a mesma palavra. Este ponto de vista, que nega a existência de um real que corresponda à espécie *canina*, é dito nominalista. Mas, esse nominalismo desempenha um papel decisivo na marcha em direção à ciência moderna, destituindo a causalidade platônica: *os indivíduos não existem porque conhecem a idéia geral de espécie, mas as espécies* (as palavras que as designam) *existem porque os indivíduos se parecem entre si*. Notemos que se esta concepção coloca bruscamente a questão do caráter imutável do saber como dados eternos, os fatos observados continuam os mesmos, mas sua relação com a teoria fica invertida: eles apostam na última, contribuindo para o desmoronamento (depois do platonismo) do aristotelismo, facilitando o caminho para a ciência.

B) UM MUNDO CALCULÁVEL

Outra etapa decisiva teve lugar com Copérnico. Este, inaugura na física um movimento que consiste em seguir o processo de Ockham: deve-se substituir o antigo mundo complexo (o de Ptolomeu) por um mundo mais simples. Renunciamos, então, às categorias gerais, à especificidade para caracterizar os objetos e os substituímos por parâmetros variáveis e mensuráveis – enumerando, quantificando, qualificando, e criando parâmetros para medir suas particularidades.

As conseqüências são conhecidas: definir os objetos, como tentávamos até então, pelas suas especificidades, é acreditar que eles têm um lugar pré-definido no universo, que eles obedecem a um

plano secreto que a alquimia e a astrologia descobrirão. A revolução copernicista desfaz as especificidades; a matematização do mundo sensível reduz os objetos ao silêncio... e lhes devolve a liberdade! O trabalho do estudioso é então estabelecer as leis da natureza que garantem esta liberdade (ao menos no sentido de emancipação do capricho divino).

Partida do mundo sensível em direção às idéias gerais, retornando às existências singulares, a atenção do estudioso se volta então para os objetos matematizados. É neste contexto que Kepler, Galileu, Huygens, Newton (sempre o sujeito) colocarão em evidência um impensado (pelas teorias do antigo mundo complexo acumuladas até então) que será testemunha da autonomia conquistada em relação ao saber dos antigos.

RUPTURA EPISTÊMICA E PAIXÃO PELA IGNORÂNCIA

Certos autores aproveitam esta historicização retroativa do nascimento da ciência moderna para defender a tese da acumulação e da mutação qualitativa do saber contra a da ruptura epistêmica. Vamos objetar-lhes, no sentido de que a acumulação dos meios de produção do saber (o desenvolvimento da matemática, por exemplo), não se confunde com a transformação dos saberes obtidos por esses meios, que uma mutação qualitativa dos saberes significa de fato uma partida do quadro clássico do saber que se tinha anteriormente. Concordamos com eles que a concepção que os estudiosos (eles mesmos?) dão do saber, é da ordem da ideologia científica: pensar que a produção do saber consiste em encontrar o saber ao qual os homens tinham acesso no contato com os deuses, ou aquele que é exposto no grande livro da natureza, ou aquele que já existiria na realidade, não impede que ele tenha que ser, de fato, construído. Somente a ideologia confere ao saber construído um *status* de verdade eterna e paralisante. Uma questão muito atual: como sair da prisão das idéias?

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

É surpreendente constatar que até mesmo Newton atribuía a harmonia do universo a Deus, recusando a hipótese de um acaso feliz, tão improvável quanto conseguir segurar mil alfinetes sobre suas cabeças! Ocorre que, quando Newton extrai de suas descrições a fórmula da gravitação universal, Deus não faz parte dela: ele só se mantém como sujeito suposto saber que aguça a curiosidade do estudioso.

Isto permite compreender a questão colocada por certos físicos: ao tentar extrair as leis da natureza, não estamos apenas privilegiando as regularidades, as harmonias? Esta harmonia existe fora de nós? Será que não estamos deixando de lado tudo aquilo que, no universo, não é matematicamente harmonioso (ou simplesmente legível)? Por fim, não estaremos talvez, independentemente do que dissermos, voltando às boas com a concepção ptolomaica de uma harmonia desejada pelo criador? Aqui, indiquemos que somente uma submissão à ideologia anterior que perdura no pesquisador – que, entretanto, a contradiz em seus atos – traz confusão entre a harmonia estabelecida *a priori* como organização do mundo, e as regularidades extraídas pela demonstração do estudioso – aliás, contrária ao tipo de harmonia postulada no início. A harmonia concreta observada, construída e deduzida, desfaz a idéia geral de harmonia dada.

O trabalho de destruição do platonismo mobilizou diversos filósofos e estudiosos. Assim, as teologias negativas, ao sustentarem que não era possível afirmar o que Deus é, mas somente o que ele não é, prepararam os estudiosos para viverem sem ele. Quando Giordano Bruno conclui que se Deus é infinito ele só pode ter criado um mundo à sua imagem, isto é, infinito, ele o emancipa do próprio cálculo de Deus e o entrega aos pesquisadores. Um homem chamado Nicolas de Cues participa dessa emancipação, ao postular que os quadros ideais matemáticos (os conceitos) não são dados, mas igualmente construídos pelos matemáticos(3).

OS FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA MODERNA

A ciência moderna, propriamente dita, nasce, então, quando estudiosos abandonam a concepção medieval de um saber presente desde sempre no grande livro da natureza cumulável e verdadeiro eternamente, garantido pelos sábios que o formularam. Galileu, Huygens, Copérnico, etc., cada um à sua maneira, descobre que o indivíduo é mais importante que a sua espécie, que o real é mais forte que o verdadeiro, que fatos fazem objeção ao saber dos antigos, e que é necessário abandonar as margens da cosmologia de Ptolomeu, a concepção grega do tempo, para tratar dos fatos efetivamente. O novo pesquisador tem “paixão pela douta ignorância” (Nicolas de Cues), menos interessado pelo que ele já sabe do que pelo que ele ignora – o ganho de saber advindo disso o obriga a uma constante renovação da ciência. A partir daí, o saber se renova mais do que se acumula.

Descartes foi quem soube extrair do desmoronamento do saber os fundamentos da ciência moderna: *Se eu penso, se eu examino os saberes acumulados, na realidade sou obrigado a constatar que, a menos que eu admita que Sócrates, Platão, Ptolomeu, etc., não podem errar, eu não tenho certeza de nada, duvido de tudo. Se eu me introduzir nos saberes constituídos da ciência medieval, aí vira bagunça!* Descartes registra este fato, à maneira do que Galileu qualificava de experiência mental (*experimentum mentis*): *se ao me introduzir no saber como um sujeito questionante (cogito), segue-se uma desordem no dito saber, é a prova... de que existe um sujeito (ergo sum).*

Descartes tira daí diversas conseqüências nas quais nós nos colocamos. A primeira é a afirmação do primado da causa formal no raciocínio científico. de fato, a humanidade não esperou Descartes para se perguntar sobre a existência de cada um: mas sobre o que ela se fundaria? Nos sentidos? Mas, apesar dos sentidos ou com base neles, durante séculos várias gerações afirmaram que os astros giravam em círculo... Portanto, em que se beliscar seria a prova da existência de um indivíduo e não um simples sonho com um beliscão?

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

A observação demonstra, aliás, que a existência do indivíduo não se confunde com a do sujeito do sonho ou do raciocínio! A desordem no saber permite subordinar dois fatos conhecidos, a existência do sujeito e a atividade de pensamento, a primeira à segunda – através da causa formal.

A segunda consequência incide sobre a produção de um fato científico, desde o momento em que caiu no campo da ciência, isto é, como fato do discurso: o sujeito. Se pudermos repetir a conclusão de Descartes “logo existo” é porque não há nada de Descartes nesse “existo”. Este sujeito é desubjetivado, objetivado: é desse sujeito que a psicologia vai tomar posse como objeto específico.

A terceira consequência é muito frequentemente silenciada: não há ciência sem uma subjetividade que a fabrique, sem o primeiro “eu penso”. Por que Descartes decidiu avaliar o conjunto dos saberes existentes? Porque ele se interessou pelo que todo mundo ignorava depois de ter acumulado o máximo de saberes da universidade medieval? Nós não sabemos (MACARY, [2000] 2003). e, num certo sentido, não é um inconveniente: esta ignorância participa do processo de objetivação. A ciência parece se constituir em detrimento do saber sobre o sujeito concreto que a fabrica, já que, quando o estudamos, quando escrevemos sua biografia, quando nos interessamos pela criação científica, tentamos rebaixar essa subjetividade ao nível do objeto, no nível do “*ergo sum*”. Se ignorarmos, dentro e com a ciência, a verdade que causa o desejo de Descartes e, mais generalizadamente, a do estudioso, devemos reconhecer sua incidência sob o aspecto da causa formal (LACAN, 1966).

Não é o caminho seguido por Descartes e a maioria de seus comentadores. Ele divide o campo dos conhecimentos entre *a física*, da qual releva atualmente o único fato científico – entre outros o “*ergo sum*”, o sujeito tomado como objeto de estudo (indivíduo, psiquismo, mental, etc.) – e *a metafísica* à qual ele atribui o sujeito a palavra do “*cogito*”, da dúvida, aquele que justamente fabrica a ciência. Daí a questão inédita trazida pela psicanálise: seria legítimo estudar o sujeito que fabrica a ciência, isto é, aquele mesmo que fala,

que deseja, que duvida? e até: seria legítimo caçar, na própria ciência, na lógica especialmente, os vestígios da singularidade?

O ATRASO DA BIOLOGIA

Antes de ensaiar qualquer resposta, detenhamo-nos um pouco, ainda com Kupiec e Sonigo (2000), Lewontin (2003), Séralini (2003), etc.(4), sobre a constituição da biologia, que alguns consideram, hoje em dia, como uma das filhas mais velhas da ciência moderna (sem dúvida depois da física). Trata-se aqui menos de um desvio do que de examinar o embasamento explícito das psicologias que recusam a psicanálise: psicologia comportamental, biopsicossocial e, pelo menos em parte, a neuropsicologia.

A destituição do nominalismo realizada na física por Ockham e Copérnico, com séculos de intervalo entre eles, Darwin, poderia tê-la feito na biologia. Na verdade, a idéia de evolução foi introduzida por outros que não ele – Buffon e Lamarck – mas justamente em termos que não rompiam claramente com o aristotelismo ou o platonismo e, para tudo dizer, com a metafísica.

A REVOLUÇÃO BIOLÓGICA

O primeiro ato de Darwin(5) é rejeitar a noção de especificidade *“em proveito da variação, erigida em propriedade primeira dos seres vivos”* (KUPIEC & SONIGO, 2000: 45). Basta observar os indivíduos concretos para evidenciar suas infinitas variações. O resultado desta infinita variação é a produção de diferenças individuais... e, logo, a desvalorização da noção de espécie.

Esta tese ressalta as variações individuais em detrimento da noção de espécie. Ela se opõe, portanto, à opinião dogmática, (as espécies são dadas e se definem com base nos órgãos que não variam, a interfecundidade, etc.) que advém da tradição medieval (é evidente que existe uma espécie, pois eu vejo semelhanças entre os indivíduos).

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

A segunda etapa de Darwin consiste em tomar partido pelo nominalismo. Ele afirma que utilizar o termo variedade para designar grupos de animais cujas semelhanças são frouxas e variáveis, ou chamar de espécie indivíduos cuja semelhança é maior, é uma escolha arbitrária e pragmática. Pois, é impossível definir “a soma das diferenças necessárias para dar a duas formas o qualificativo de espécie” (KUPIEC & SONIGO, 2000: 48). Ao afirmar o caráter inquantificável da espécie, Darwin a coloca entre os objetos definidos qualitativamente pela escolástica medieval, no solo da ciência!

Evidentemente, se Darwin recusa que a atribuição de semelhanças se deva ao caráter fixo das espécies criadas por um deus platônico, ele lhes opõe uma explicação compatível com a hipótese evolucionista: não se trata de uma simples semelhança, mas de uma ligação “à descendência comum, única causa conhecida da similitude dos seres organizados” (KUPIEC & SONIGO, 2000: 49). Assim, comentam Jean-Jacques Kupiec e Pierre Sonigo, “a classificação tem um significado. Mas não é a expressão estática da criação e do desejo divino. O que ela reflete é o lugar genealógico de todos os seres vivos, portanto a evolução. A espécie é para Darwin um conjunto de indivíduos que tem um ancestral comum sem ter uma identidade estrutural.” (KUPIEC & SONIGO, 2000: 50). As semelhanças mais ou menos fortes exprimem uma ligação de parentesco mais ou menos forte. Tal como Ockham, Darwin desvia das entidades ideais para os indivíduos reais, e descobre que espécie é um processo, e não uma entidade estática definida por características próprias.

Darwin resolveu então o problema que colocava Linné: por que existem seres diferentes? Nos lembramos das explicações do passado: essas diferenças correspondem às idéias de Platão; saem dos moldes de Aristóteles que dão forma à matéria; elas são efeito dos protótipos de espécies de Buffon; elas resultam de uma transferência da criação divina, dentro de um mecanismo físico que a prolonga... A questão e essas explicações resumem-se em se a variação indefinida é uma propriedade dos seres.

O problema, de fato, se inverte. Se a variação indefinida é o fundamento do que se passa na natureza, por que existe o idêntico, a homogeneidade, por que é que nós não estamos banhados numa indefinição absoluta criada pelo contínuo de todas as formas viventes variando até o infinito?

O MODELO ACASO-SELEÇÃO

A resposta trazida a este problema é importante: ela consagra seja a entrada definitiva da biologia no campo da ciência, seja, ao contrário, uma regressão às teorias dogmáticas e realistas da escolástica. De fato, Darwin dá o próximo passo: é a seleção natural que deixa certas formas se multiplicarem mais do que outras, criando assim grupos de seres vivos identificáveis.

Atenção, tal como ressaltam nossos dois autores, não se trata de um determinismo retroativo que implica em um selecionador divino com vistas ao resultado. Os indivíduos se desenvolvem bem ao acaso: a seleção privilegia os indivíduos mais bem adaptados aos recursos disponíveis. As interferências entre indivíduos, e a competição que delas resulta, estão no processo que dá origem às espécies: apenas sobrevivem os indivíduos especializados para tal ou tal aspecto dos recursos. “*O sistema [darwinista] fundado em relações não específicas de seus componentes criou a ordem*” (KUPIEC & SONIGO, 2000: 56); é porque existe um extenso grau de liberdade entre os componentes de um ecossistema que nele pode haver um agrupamento dos indivíduos em espécies (devido à morte dos indivíduos intermediários). Seja um contínuo de indivíduos tendo os mesmos ancestrais e se repartindo de A à An, do menor ao maior. É a desapareição de indivíduos de tamanhos intermediários que leva a crer que existem duas espécies, uma de tamanho menor, outra bem maior. Indivíduos de tamanho pequeno A, A', A'' [corte introduzido pela morte de indivíduos de tamanhos intermediários A''' e A''''], por exemplo]. Indivíduos de tamanho grande An serão chamados a partir de agora de espécie B diferente de A. “A

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

seleção natural é um princípio de criação de ordem a partir destas relações não específicas.” (KUPIEC & SONIGO, 2000: 56).

A contribuição de Darwin à entrada da biologia no campo da ciência foi decisiva. Esta constatação foi uma resposta definitiva a todos aqueles que incessantemente “refutaram” o caráter científico de sua teoria da evolução sob o pretexto de que ela era “irrefutável”! Essa refutação contribuiu para serrar o galho da ciência onde a biologia pretendia se sentar.

de fato, as conseqüências do darwinismo são decisivas em vários aspectos. Temos insistido em seu abandono da noção de espécie definida como local do desenvolvimento. Quem não notou que este abandono obriga a renunciar a qualquer noção de programa biológico e, antecipadamente, à genética?

Jean-Jacques Kupiec e Pierre Sonigo (2000) confrontam a tese darwinista com dogmas da biologia atual. Este confronto permite afirmar a potência do modelo acaso-seleção em relação aos modelos ditos instrucionistas (que ditam a conduta aos organismos vivos). Paradoxo: a referência a Darwin denuncia o que o determinismo genético deve à metafísica e permite evidenciar o cotejo de hipóteses secundárias necessárias para sustentá-la. Entretanto, os autores igualmente evidenciam a eficácia da convicção metafísica da existência de um programa genético nos próprios pesquisadores que se lançam em sua procura – uma espécie de versão encarnada do sujeito suposto saber! Mesmo esta última explicação, sendo da ordem da metafísica, não impede, de fato, uma descrição precisa de seus componentes, que entram no quadro teórico do modelo acaso-seleção, o qual desmente a existência de tal programa.

A REJEIÇÃO PELA BIOLOGIA DA REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

A hipótese determinista descansa o espírito preguiçoso! A evidência de uma correlação entre uma característica fenotípica e a presença de um determinado gene prova de fato a associação, mas não

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

que o gene seja a causa determinante. Falar de componente genético põe em causa a posição central do gene nos fenômenos biológicos. Esta posição central anuncia-se como um dogma: o que se transmite de uma geração à outra não é a característica hereditária, é o gene. É este liame causal entre gene e característica fenotípica hereditária que constitui o conteúdo explicativo (desde então contestado) da genética.

O dogma central da biologia molecular é que a seqüência do DNA determina a seqüência química dos aminoácidos e proteínas, a qual, por sua vez, determina sozinha a função das proteínas. O novo dogma central da genética do desenvolvimento é que a forma de um organismo pode ser deduzida do conhecimento exaustivo das vias de regulação genética (que gene “acende” que outro gene). (LEWONTIN, 2003: 132)(6)

Essa tese assegurou o sucesso da biologia e advém das teorias genéticas da hereditariedade: cada traço ou fenômeno da vida se explica por um gene. A identificação dos genes dará a chave do problema. Lá se foram os pesquisadores atrás de genes do câncer, da mucoviscidose, da esclerose, da esquizofrenia, da obesidade, do autismo, da agressividade, do crime, do esporte é até mesmo da fidelidade conjugal (podemos viver sem esse!). Estranha posição aquela que recusa a psicanálise como se ela fosse um mito, mas se esforça em construir a teoria biológica que pode atribuir todos os males físicos e morais da espécie humana a ... Adão e Eva! Por que se surpreender, então, quando universitários defenderem o caráter científico da criação do mundo relatada na “*Gênese*” (7), justamente contra o darwinismo (LECOURT, 1992; SAURET, 1993)!

Essa concepção foi adotada com entusiasmo pelos teóricos da psicologia, que inclusive cunharam o termo “psicogenética” na direção de uma aceção biológica. Estes psicólogos ainda não perceberam que a revolução biológica significaria a desintegração da base genética de sua disciplina. Esses pesquisadores percebem muito bem os limites do modelo determinista linear. Assim, eles postulam, en-

tão, que não é somente um gene que está em jogo (por exemplo, no autismo), mas um conjunto, o terreno genético, capaz de trazer variações complicadas por fatores do meio ambiente. O gene se torne plástico, capaz de explicar todas as variações da característica que lhe é associada; se não for suficiente, o pesquisador postulará a incidência de mais um gene; e mais outro caso seja necessário, e assim sucessivamente. Por mais fértil que seja esse raciocínio, ele se parece com o da astrologia: é sempre possível invocar um novo ascendente que poderá validar a interpretação!

Onde alguns biólogos contam com as observações futuras para elucidar o programa genético, outros já se perguntam se seria possível que a genética retome, em seu próprio nível, o tipo de explicação platônica? Para Platão, a explicação dos seres reside no mundo das idéias; para a biologia (a genética), ela residiria no mundo molecular dos genes (KUPIEC & SONIGO, 2000) – e a matéria DNA não muda nada na situação.

Dentro desta perspectiva, a genética estaria condenada a permanecer uma prática pré copernicista, certamente capaz de acumular dados descritivos cada vez mais precisos, e multiplicar as proezas tecnológicas, mas incapaz de compreendê-las ou de atingir um nível de desenvolvimento comparável à física.” (KUPIEC & SONIGO, 2000: 10). A divisão entre a ciência fundamental e as tecnologias recentemente emancipadas é inquietante, até mesmo quando ela confirma o veredicto lacaniano segundo o qual “uma prática não precisa ser esclarecida para operar (LACAN, [1974] 2001: 513).

UM LUGAR PARA O SUJEITO?

Evidentemente, o abandono das noções de espécie e de programação genética obriga os autores a repensar a genética sob um novo ângulo. Mais uma vez arriscando cansar o leitor, afirmamos que o trabalho de Kupiec e Sonigo (2000) é fundamental neste ponto. Vale

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

extrair dele uma última conseqüência: se não há espécie eterna, o que acontecerá com a espécie humana? As descobertas pré-históricas recentes obrigam os pesquisadores a atribuir uma cultura a indivíduos sem laços genéticos diretos (COPPENS & PICQ, 2001; PICQ, 2003; TRINKAUS & SHIPMAN, 1993). Então, se não há espécie humana no sentido estrito, se a humanidade do humano é transbiológica, como ficam as subcategorias (paranóia, esquizofrenia, estados limítrofes, etc.) que a psicopatologia se esforça em promover? Pode ser que convenha consentir à mesma destituição: renunciar à categoria pré-determinada (que concede os critérios de inclusão de um indivíduo dentro de uma população experimental) para registrar e questionar as semelhanças entre as soluções concretas que cada indivíduo dá à sua relação com o mundo e com seus semelhantes.

Medimos a distância entre uma (senão a) psicologia e a psicanálise. de um lado esta psicologia trabalha para construir, estatisticamente, classes de indivíduos, e tenta justificar sua existência (psicóticos, autistas, etc.) aludindo a um possível embasamento genético que a biologia deve recusar se quiser se constituir como ciência. do outro, a psicanálise promove o caso a caso, simplesmente em acordo com as exigências da ciência moderna. Está certamente fora de questão tentar apagar a ligação de cada indivíduo à organicidade. Mas, antes de sucumbir ao preconceito metafísico do determinismo biológico, mais valeria determinar que a biologia, longe de proibir a história, leva sua marca e até a realiza (SAURET, 1994, 1996, 1999). Há, então, lugar para uma teoria do sujeito compatível com os aspectos mais promissores da biologia.

O problema não reside na descoberta do lugar do acaso e da contingência(8). As teorias biológicas modernas consideram que a da determinação genética, sobre a qual é construída a decodificação do genoma humano, não é científica: elas preferem um modelo probabilístico, diretamente deduzido do postulado evolucionista de Darwin, segundo o qual as células se desenvolvem em todas as direções capazes de assegurar-lhes a melhor sobrevivência, interagindo com o meio ambiente.

“Em interação” significa que o meio ambiente é um componente do desenvolvimento das células e das coisas vivas em geral, e não um conteúdo capaz de agir proporcionalmente à sua quantidade ou à sua qualidade sobre o recipiente biológico, que seria, ele sim, autônomo. Assim, a tese segundo a qual indivíduos que possuam um fundamento biológico equivalente se distinguiriam intelectualmente em função de seu meio, é falsa (JAY GOULD, 1986, 1997; NELKIN & LINDEE, 1998). Ela omite a idéia de que em meio cultural comparável, apenas as diferenças biológicas explicariam as diferenças intelectuais: a inteligência seria então geneticamente determinada – as cartas já estão na mesa (HERNSTEIN & MURRAY, 1994; KUPIEC & SONIGO, 2000; LEWONTIN, 2003; PICHOT, 2001; THOMAS, 1995).

Até mesmo para um biólogo, não é absurdo afirmar que o humano é uma certa organização celular que, para assegurar sua sobrevivência, por razões contingentes, teve que apostar na linguagem, modificando de uma só vez aquilo que se entende por vida: a do sujeito, a vida do desejo que contamina a vida orgânica. Esta hipótese recebe o apoio dos neurocientistas que demonstram que a organização cerebral – a sobrevivência e a especialização dos neurônios – dependem, dentro do humano, de sua especialização pela linguagem sob as duas espécies na qual ela se materializa: o som e o sentido (POMMIER, 2004). da existência, então... pelo menos um outro sujeito para escutar e ao qual responder!

Evidentemente nós não sabemos de que forma a linguagem tornou-se um elemento constitutivo da organização do próprio ser vivo. Ainda que Darwin pareça tê-lo percebido, quando postula que com o humano chega-se ao fim da seleção natural, pois este último selecionou um comportamento altruísta (salvar os fracos) que vai contra a tal seleção. Esta hipótese foi claramente anunciada por Lacan desde 1964 a respeito da experiência de Pavlov: o animal não vai aprender a falar pela via da introdução dentro de um ambiente de linguagem, por que... o animal não é, até então, um ser falante (LACAN, [1964] 1973)!

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

UMA TEORIA DO SUJEITO

Será legítimo interessar-se pelo sujeito que fabrica a ciência, aquele que fala, que duvida, etc. – aquele às custas de quem se obteria a objetividade científica? Basta notar que este sujeito não teria sido notado sem a ciência para legitimar uma resposta positiva. Mas, então, convém reconhecer, sem hesitação, que não é científico estudar o assunto usando procedimentos que o negam. É tão absurdo exigir do psicanalista provas experimentais de modificações subjetivas, de descrições estatísticas de diagnósticos, ou uma garantia quantitativa e qualitativa da existência dos processos e da eficácia das intervenções do psicanalista, quanto exigir um bife do padeiro ou exigir de um astrofísico a análise de uma célula do sistema nervoso central! Entretanto, esta é, constantemente, a posição de uma certa psicologia em relação à psicanálise.

Para compreendê-lo, convém partir de uma constatação muito simples e evidente. O sujeito falante habita a linguagem. Tudo o que chega a ele deve ser tratado com palavras, às vezes para explicá-lo, sempre para conferir-lhe um sentido. A distinção é decisiva: explicar é dar conta da natureza e do funcionamento; interpretar é responder à questão “por quê existe algo aí, ao invés de nada?” Essa distinção é frequentemente ocasião para contra-senso: estaríamos opondo a psicologia quantitativa (científica), que se dedicaria à explicação, à psicologia qualitativa (psicodinâmica), que se ateriam ao inventário, a rigor, até à promoção dos sentidos produzidos. Os detentores dos métodos qualitativos marcam um ponto nessa oportunidade, ao notar que os estudos quantitativos que não levam em consideração a primeira característica do ser humano que é interpretar o que lhe acontece, inclusive a experiência psicológica à qual ele é submetido, apresentam uma validade ecológica nula, pois não têm mais nenhuma relação com a população real (PARKER, 1999). Mas, como já tínhamos notado anteriormente, quantidade (mensurável) e qualidade (descritível) são apenas dois aspectos, objetiváveis por vias diferentes, das particularidades que podem ser observadas a respeito de

um objeto. Daí podemos compreender que certas filosofias defendam a idéia de uma redução à nacionalidade científica de todos os fatos, quer eles sejam mensuráveis ou não (BUNGE, 2004; QUINIOU, 2004).

A questão introduzida pela psicanálise está um pouco desalinhada. Nesse nível, ela é dupla: a) de onde vem o apelo do humano ao sentido? b) será que é impossível considerar a linguagem, propriamente dita, como meio de explicação e de sentido, como se fosse um objeto científico?

No fundo, esses questionamentos são trazidos pelo fato de que o humano é o único de todos os objetos científicos que continua a falar após a passagem da ciência, a colocar para si mesmo a questão que a ciência coloca para seus objetos – “O que sou eu?” – e a dever extrair as conseqüências, tanto da matéria da questão quanto da resposta. É surpreendente que os estudiosos que fazem apelo incessantemente à biologia, convencidos espontaneamente que o materialismo é científico, se recusam a examinar o materialismo da linguagem por ele mesmo, o que Lacan qualificava como “*moterialisme*” (9) – para reduzir a linguagem à, no máximo, um epifenômeno das conexões neuronais.

Examinemos esse “*moterialisme*”. Ele certamente não será integralmente analisado nestas páginas. Mas, nós podemos, na esteira dos lingüistas, assim como dos psicanalistas, deduzir logicamente a silhueta de uma teoria científica do sujeito.

A linguagem designa o poder de simbolização, isto é, não somente representar algo em sua ausência, mas levar algo à existência como fato da linguagem, algo que ainda não existe. A criação é, nesse sentido, decisiva para apreender o sujeito. Entretanto, a linguagem como tal permanece uma potencialidade até encarnar em uma língua. Esta última, é uma instituição social dividida a títulos diversos pelos que dela fazem uso. Mas, nem a linguagem, nem língua nenhuma contribuiriam para a produção de um sentido, ou de uma explicação, se a primeira não estivesse posta em operação na segunda por um sujeito singular: dentro do ato da palavra. Por essa

razão, a palavra é o indício mais precioso da existência e da presença de um sujeito.

Vamos decompor, com a lingüística de Saussure, Benveniste, Jakobson, a linguagem - assim encarnada em uma língua e animada por uma palavra - em seus últimos elementos, aqueles cuja composição contribui para o sentido ou o significado: caímos no significante, que está para a linguagem encarnada como o átomo está para a molécula. Apesar dos escorregões que resultam de uma operação como esta, tomemos a palavra como significante. Isolada, a palavra (o significante) não significa nada(10). Daí a ortografia que Lacan propõe deste significante assemântico: S1. Assim, como das palavras “árvore”, “banana” ... Evidentemente, considerando-se que cada um deles foi tomado de empréstimo à língua do Outro (os pais), alguns significados se propõem. Mas, é impossível escolher algum: o significante não pode representar-se a si mesmo, assim como ele não equivale ao significado que ele vai gestar em algum momento. Na verdade, o significante vale pela sua diferença em relação a todos os outros e a ele mesmo, como se vê no exemplo que se tornou clássico: “Será obsoleto se perguntar se o significante obsoleto é obsoleto?”. O significante obsoleto se repete, idêntico mas não o mesmo: S¹S na linguagem corrente, ao contrário da linguagem matemática onde A=A. Mas, é também a razão pela qual não se fala a língua matemática: impossível traduzir nela uma declaração de amor mesmo para... a matemática!

Por que ele é assemântico, o S1 chama de certa maneira um outro significante (ou todos os outros resumidos na escrita S2), para aliviá-lo de sua pane de sentido. O S1 está disponível para o sentido e a significação, contanto que ele seja articulado, preso dentro de uma cadeia significante – por conta de um ato de falar. “A banana da árvore” não se confunde, nem com “a banana do dono da mercearia” (à qual não faltam recursos para equívoco), nem com “a banana do cantor de rock” ... de forma que a primeira coisa que representa o significante S1, antes mesmo do sentido ou da significação aos quais ele contribui para nomear, é o sujeito que fala. Daí, o aforismo

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

freqüentemente repetido: o significante representa o sujeito para um outro significante.

de repente, devemos concluir que o significante redobra o enigma que o sujeito é levado a encontrar pelo fato de falar: “O que sou eu?”, e até “Por que estou aqui?”, enigma que não se confunde com uma interrogação que diria respeito a “como eu penso, como funciona meu cérebro, etc.” Devido ao fato de falar, “eu” ganha uma singularidade que não se identifica com sua corporalidade ou sua anatomia. É precisamente quando encontramos um desconhecido onde ele não deveria estar que nos perguntamos – “Quem é ele?”. A individualidade da qual cada um conhece as particularidades (quantitativas ou qualitativas) oferecidas ao olhar e eventualmente à ciência (ou à medicina), não responde à questão da natureza do sujeito. de fato, se o significante permite questionar o que sou, as respostas que ele autoriza são feitas... só de palavras: ele confronta cada um com o fato de que, na linguagem, há falta, pois o significante ou não significa nada, ou apenas representa. Cada um que fala se confronta, na linguagem, à sua falta a ser, ao fato de que o real do que se é como sujeito, pode até ser designado, mas jamais será apreendido com os meios do simbólico.

Alguns concluíram que houve virtualização do sujeito da fala, reduzido à matéria de linguagem que o representa, e à necessidade de completar as neurociências com uma psicolinguística cognitiva. Tal não é a posição da psicanálise, que se interessa precisamente por aquilo do sujeito que não é linguagem, e que acabamos de mencionar, sob o termo de “real do sujeito”. Notemos esse real com Lacan, *a*.

O QUE É A PSICANÁLISE?

Ela é um dos dispositivos inventados pela espécie humana para responder não *à*, mas da questão do que ele é, para lhe permitir acolher a resposta e colocá-la incessantemente a trabalho. de fato, o humano é feito de tal forma que ele demanda seu ser ao Outro, ao

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

qual ele abandona a gestão de sua relação ao mundo: mitologias, religiões, filosofias, eram então (aproximadamente) ontologias que asseguravam a coerência das comunidades que as possuíam. Havíamos mencionado a mutação do saber evidenciada desde o século XVI (época das grandes descobertas e inovações tecnológicas) cujo apogeu se situa, sem dúvida, no século XVII com o advento da ciência moderna. A racionalidade científica se impõe, entre e contra todas, inaugurando a Modernidade ao prometer “mais Luz”(11): a ciência e a certeza – paranóica – que ela autoriza. Ocorre que, se a ciência autoriza um modo novo de explicação – “como o mundo funciona” - ela abandona a questão do sentido tratada pelas antigas ontologias: de sorte que um novo sujeito aparece, dividido entre ser sujeito da ciência e sujeito (em estado de *pane*) do sentido, das ontologias, da religião. Esse sujeito escolhe interiorizar a religião adotando uma figura de autoridade capaz de garantir a função no “foro interior”, o pai, dotando-se de uma teoria íntima sobre o que ele é, isto é, o fantasma, e radicalizando a operação graças à qual ele se emancipa do pai simbólico(12), a castração: isso é a neurose, de fato, uma religião pessoal. Esse misto de ciência e religião, de alienação e de separação, situa o real do sujeito – aquilo que nele faz apelo ao sentido – como irredutível à ciência, inclusive, até, levando-a ao fracasso, ao mesmo tempo em que ela é indispensável à sua fabricação (veja Descartes), dirigindo-a na direção do que ela ignora (“douta ignorância”). Sem dúvida o que Dany-Robert Dufour (2003) chama de sujeito crítico; o sujeito kantiano acha aqui sua plena realização.

Freud foi o primeiro, na história, a ter acolhido a queixa do sujeito que recusava se deixar reduzir às teorias da ciência psiquiátrica de sua época. Com a psicanálise, pela primeira vez na história, e sem dúvida sem nenhum outro dispositivo, a palavra foi restituída ao paciente: o professor é o sujeito, enquanto o aluno é o psicanalista. Foi necessária a invenção da psicanálise para recolher e pôr em evidência a solução neurótica de se colocar no mundo.

de um lado, o neurótico deve atar a linguagem na qual ele habita, ao corpo e ao sentido que fazem escudo ao defeito do real do

ser, ao gozo do qual ele é capaz sem fazer contravenção ao desejo (Simbólico, Imaginário e Real); por outro lado ele deve albergar sua singularidade no laço social, evitando dois obstáculos: a dissolução de sua singularidade na massa, como ele é tentado a fazer (para ser aceito e amado, renunciando ao que ele é em proveito do que o Outro pode lhe ditar) ou espatifar o social contra o rochedo das singularidades (a cada um sua verdade, seu prazer, seu gozo, sua liberdade, suas opiniões, seus problemas, etc.). A solução existe, deveremos retornar a ela: o sintoma. O neurótico encontra no seu sintoma a prova de sua irreducibilidade ao saber do Outro; evidentemente, ele sofre ainda mais do sintoma na medida em que ele exige do Outro que o reduza. A manutenção da ligação com o Outro contra a solução particular desqualifica o “momento adolescente” e estabelece o reino da “infância generalizada” (LACAN, [1967] 2001). O que Freud reintroduz é a descoberta do alívio que dá o fato de se apoiar em seu sintoma, e não mais no Outro para habitar o mundo: partida desta infância generalizada através do sintoma, graças à psicanálise!

Não são essas as últimas lições da psicanálise. Se o sujeito mora na linguagem, convém dar conta de sua relação com o organismo: o organismo determina o indivíduo (por exemplo, sua função na reprodução), mas não é capaz de prescrever ao sujeito o que ele deve fazer como homem ou mulher. Freud propõe chamar de pulsão essa determinação do sujeito pelo silêncio do organismo. Em seguida, nós podemos distinguir diversas modalidades de enlace do real, do simbólico e do imaginário. As razões desses enlaces são sempre singulares, assim como o que cada um faz delas também é singular. Na realidade, poderíamos concluir que, do ponto de vista da psicanálise, a vida não tem sentido. Salvo aquele que o sujeito dá a sua vida pelo próprio fato de tentar adaptar sua singularidade ao mundo, amarrando-a ao laço social que ele renova por sua presença. de maneira que ocorre um outro tipo de resposta ao questionamento de sua natureza: pode ser que, assim como o faz um pintor ou um escultor ao analisar sua obra, pode ser que, ao contemplar sua vida,

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

ele possa perceber o estilo que lhe deu – ou seja, o traço desse fracasso em incluir o real do que ele é dentro do simbólico (teoria, obra, organização social, etc.).

Isto não impede que se possa distinguir um modo de enlace (e de falha no enlace) psicótico, neurótico ou perverso. Se os psicóticos se parecem, não é por que a espécie psicótica existe, também não é por que eles têm um mesmo gene como ancestral: é por que eles se inscrevem nas conseqüências de uma mesma modalidade de enlace. Por isso, então, deve se aprender sobre cada caso e não sobre as características de uma espécie hipotética fundada em uma biologia ultrapassada.

A REVISÃO PSICOLÓGICA

Não há nada para entender. Hoje em dia, de todas as partes, vozes se elevam para desacreditar a psicanálise em nome da ciência, convidar a renunciar à toda teoria, e admitir como sendo evidente que as manifestações psicopatológicas, de um lado, se impõem por elas mesmas ao observador e, de outro, derivam do campo da medicina orgânica.

A inocência do primeiro ponto deixa o observador perplexo. Qualquer um, tendo observado um céu estrelado, sabe que é impossível nele distinguir qualquer constelação sem um mapa do céu ou um especialista: é a teoria explícita ou ideológica que permite perceber concretamente. É ela que dá conta, em todo caso, da validade, da pertinência do agrupamento de estrelas observado. É a essa validade que os autores do *DSM*, desta vez, renunciaram (KIRK & KUTCHINS, 1992). Pouco importa se os critérios utilizados para os distúrbios de ansiedade correspondem a uma entidade mórbida real, tal como uma entidade médica chamada de gripe – justo no momento em que estamos pretendendo nos tornar um subconjunto da medicina orgânica! Para ser mais preciso, esta nomenclatura poderia, de um lado, não corresponder à nenhuma realidade mórbida

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

objetiva (mas somente à idéia que tal ou tal observador faz da patologia) e, evidentemente, não ter nenhuma relação com a concepção psicopatológica subjacente a tal ou tal psicoterapia, que recortaria de outra forma a realidade psíquica.

Os autores do *DSM-III* renunciaram explicitamente à validade de sua nomenclatura, afirmando que esta perda é largamente compensada pela adoção de um vocabulário comum para todos os pesquisadores. Este permitiria identificar da mesma maneira todas as manifestações clínicas: a confiabilidade de tal classificação seria inédita! Esse vocabulário comum impõe, aos que o adotam, um consenso sobre a noção de síndrome (ou seja: o “critério” ou a pseudo-evidência clínica). Tudo isso acontece, então, como se a síndrome fosse uma “entidade natural”, pois todo mundo, mediante os testes e escalas adequados, recolheria os mesmos comportamentos e traços problemáticos.

Pior, mas no final das contas, lógico, pelo fato da forclusão da validade das observações, os testes realizados pelos próprios autores do *DSM* para verificarem a confiança do diagnóstico entre os juízes, tanto de um lado quanto de outro, feitos em populações idênticas, a desmentem: muito poucos diagnósticos propostos obtiveram o valor significativo mínimo (0,7) do coeficiente de correlação escolhido (o *kappa*). Esta crítica permanece, portanto, sem efeito pelo fato do *DSM-III* ter aceitado um grande desafio: a revisão permanente do manual. Ela dispensa, dali em diante, de publicar os testes de confiabilidade, pois seus resultados estarão caducos antes da publicação das modificações permanentes na nomenclatura.

Sendo crítico, será que o leitor se surpreende com o pouco de garantia trazida pelo novo instrumento? Responde-se que as melhorias estão em curso, de forma que é completamente possível indicar que tal diagnóstico não apresenta nenhuma validade ou confiabilidade e, portanto, ouvir que ainda assim é a melhor ferramenta científica e que, aliás, o problema será corrigido na próxima edição.

A confiabilidade é expressa por meio da estimativa estatística Kappa, que mede a concordância corrigida da influência do acaso.

Um kappa elevado (em geral 0,7 ou mais) indica um bom nível de acordo sobre a presença ou não, no paciente, de um distúrbio pertencente a uma classe diagnóstica determinada. (SPITZER, FORMAN & NEE, 1979: 815-817).

Mas, como já dissemos, os *kappas* publicados são quase sempre ruins: as psicoterapias seriam então eficazes (ou não) em distúrbios sobre cuja existência não há acordo? Também aí, o problema já foi visto. “Estão” de acordo sobre a presença de distúrbios, mas não sobre sua natureza. Se medirmos o *Kappa*, não mais da natureza do distúrbio, mas da presença do distúrbio (o que o *DSM* chama de “eixos”), evidentemente a correlação melhora. Dois pesquisadores dão dois diagnósticos diferentes (por exemplo, o que para uns é fobia, para outros pode ser ataque de pânico). Pouco importa, do momento em que eles estejam de acordo em diagnosticar “alguma coisa”(13)!

A FORACLUSÃO DO SINGULAR

O singular é de certa forma o que falta ao indivíduo humano (o que o suplementa), por ser exaustivamente reduzido pela ciência (o que nós notamos com Lacan como *a*). Longe de ser desqualificada, a singularidade deve entrar no cálculo da ciência: ela é um traço perceptível dentro do que um sujeito tenta dizer de sua relação com a linguagem, seu corpo e o gozo. É necessário um dispositivo que parta do caso concreto. Os psicólogos comportamentalistas viram muito bem que não conseguem apreender por seu método o que faz a especificidade “integral” de um indivíduo – pois os estudos se baseiam em uma média de medidas: as características concretas são apagadas em proveito de um indivíduo médio que não existe. A desmultiplicação das meta-análises não mudará nada nisso: ela jamais equivalerá ao encontro de um sujeito concreto que engaja o seu próprio ser na relação com um clínico.

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

O PROCEDIMENTO ESTATÍSTICO

Por essa razão, os cânones do procedimento experimental tentam compensar esse erro de duas maneiras. De um lado, ao tentar dividir cada indivíduo em uma multidão de elementos, à medida que o avanço nas ferramentas estatísticas permite afinar a descrição: eles são uma adição ao estudo das particularidades. Por mais precisa que seja a medida de uma particularidade, ela jamais equivalerá ao que faz o real de um sujeito. O procedimento é comparável ao do homem que, tendo perdido as chaves de seu veículo em uma rua sombria, vai procurá-las na avenida ao lado porque, pelo menos, lá existe luz! Vamos repetir isto para os nossos amigos que esperam encontrar um meio termo entre o processo psicanalítico e o procedimento experimental: não é científico estudar a singularidade através de meios que a apaguem. Só pode se tratar de falsa ciência.

Por outro lado, se a singularidade não é mensurável, podemos sempre contar os indivíduos lado a lado, para fazer valer características estatisticamente significativas – inventando uma teoria para isso contraditória com as exigências da ciência moderna, a teoria segundo a qual uma amostra reduzida não permite concluir, nem a *fortiori*, um único estudo de caso. Mas, no que diz respeito ao estudo da singularidade, nenhuma amostra, por maior que ela seja, poderá ser significativa! De fato, a amostragem coloca como princípio que indivíduos são comparáveis do ponto de vista de critérios de inclusão que tenham em comum: o que exige o afrouxamento de tudo o que revela a singularidade (nome, sobrenome, relação com o sexo e com o gozo, não forçosamente fantasma e sintoma como tais, mas o que o sujeito faz deles...).

O procedimento carrega ao menos duas conseqüências dramáticas. A primeira reside no fato de que a rejeição da singularidade e das soluções adotadas pelo sujeito para ligar-se aos outros, leva o pesquisador a focalizar a repartição das particularidades e a adotar o critério de normalidade estatística como critério do funcionamento psíquico. De repente, qualquer comportamento (usar chapéu, comer

pizza, ligar o computador, etc...) pode gerar uma avaliação que contribua, cada vez mais, para o desprezo da singularidade. Às vezes, de uma maneira que seria engraçada, se não fosse trágica.

DOIS EXEMPLOS DE AVALIAÇÃO

Certos colegas militam contra as “mentiras freudianas” (veja a crítica de ROUDINESCO, 2004) e conduzem na universidade um ataque sem precedentes, sistemático e planejado, contra a psicanálise, especialmente a de orientação lacaniana, programando o desaparecimento da vertente. A operação está sendo conduzida em nome da defesa da ciência. Por esta razão, é duplamente oportuno examinar, tanto nas pesquisas quanto nas publicações, o que se deve entender por avaliação científica.

É o caso, citando o primeiro exemplo que temos nas mãos (GUILLAM, 2004), da avaliação da pesquisa de sensações fortes dentro da escala de Zuckerman. Os indivíduos que se entregam a comportamentos de risco – portanto, por exemplo, consumidores de drogas – estão mais expostos que outros... ao risco de se viciarem! A tautologia não parece incomodar os autores, à menos que eles estejam postulando que sua escala permite desvendar a existência de viciados em substâncias psico-ativas ... entre os não consumidores?

A escala de 1964, por exemplo, isola quatro fatores, dentre os quais a desinibição (utilização de um desinibidor como o álcool). O que não impede o autor de concluir doutamente: *Um adolescente com 'boa tolerância' ao álcool, tendo antecedentes de dependência em sua família e utilizando o consumo de substâncias psico-ativas como meio de conhecer novas experiências e de lutar contra o tédio parece, particularmente, em risco de fazer uso abusivo de álcool.* Tradução: um adolescente que bebe, e que é empurrado por tudo o que o cerca para a bebida tem grandes chances de se tornar alcoólatra!

Esse estudo experimental poderia entretanto produzir uma outra conclusão, desta vez, científica e clínica: por que não nos interessa-

mos pelo fato de que 100% dos adolescentes nessa mesma situação não se tornam alcoólatras? Este limite na correlação trai a incerteza introduzida pelo sujeito, o qual escapa às determinações medidas: é esta indeterminação que assinala a presença de singularidade.

O segundo exemplo é um curto artigo de psicologia da saúde e de psicopatologia experimental publicado nos *Arquivos Pediátricos* (CHABROL, MASSOT, MONTOVANY, CHOUICHA & ARMITAGE, 2004), a revista da *Associação Francesa de Pediatria*, prestigiosa, pelo menos aos olhos dos psicólogos que para ela mandam seus textos, e qualificadora na medicina, portanto, agalmática para um psicólogo. Nós o escolhemos por seu caráter paradigmático: numerosos outros artigos foram escritos a partir da mesma investigação. Sobretudo, muitos pesquisadores publicam no mesmo molde. O artigo do qual se fala aqui avalia primeiramente os sintomas (no sentido de sinais clínicos) de tolerância, de abstinência ou de dependência à *cannabis* numa população de adolescentes (52,3% contra 47,6% de não-consumidores em 105 sujeitos dos dois sexos) e evidencia sua relação proporcional à frequência da administração. Em seguida, ele compara os resultados obtidos com a representação que os mesmos adolescentes têm dos ditos sintomas. O estudo não nos poupa nenhum índice de significação e de correlação, todos excelentes.

Os resultados são eloqüentes. Os adolescentes “portadores” dos sintomas examinados tem uma representação correta das conseqüências que lhes causam a “toxicomania”; os adolescentes não-consumidores testemunham, majoritariamente (entre 60 e 74% segundo o sintoma considerado), ter uma boa representação dos riscos sofridos. As conclusões “científicas” são desconcertantes. Certamente, os autores notaram a situação criada pelo fato dos consumidores serem advertidos das conseqüências do consumo sem que isso os entrave em nada. Nem por isso deixam de concluir que: a) há necessidade de informar àqueles que, imersos numa população que se droga (mais de 50% de consumidores), mesmo assim não ingerem o produto – e não estão informados (30% dos entrevistados): é quase incitação a

se drogar; b) por outro lado, informar àqueles que se drogam ignorando os efeitos (23 a 40% dependendo do sintoma considerado dentre os 52,3% dos selecionados como usuários), apesar de o artigo evidenciar a inutilidade da informação. Em todo caso, para quem serve esse estudo que evidencia a inutilidade da informação para aqueles que se drogam, o benefício da informação para aqueles que não se drogam, e que conclui, ao final, que de qualquer maneira é necessário informar (conseqüência do preconceito segundo o qual a palavra serve apenas para comunicar)!

A dimensão ética deve ser questionada: a informação ainda é bem-vinda quando ela advém antes da emergência do desejo e de qualquer demanda? Não seria mais conveniente, talvez, preocupar-se com a indiferença do sujeito, no melhor dos casos, e no mais grave, do trauma que constitui o encontro imposto pelo Outro com “alguma coisa” que ele não compreende, que ele não quer saber? Passar adiante, não seria correr o risco, conhecido, de induzir uma perversão? O estudo é propriamente inconsistente e eticamente desastroso. Ele faria melhor se se interessasse no que pode levar alguém a se dirigir para a toxicomania em total conhecimento de causa, isto é, ao problema do consentimento ou do ato.

Todavia, aí também a dimensão do consentimento à toxicomania sugere uma hipótese alternativa e científica para aquele que não está fechado para a psicanálise: longe da adição constituir sempre um traço patológico resultante do produto absorvido, ela poderia em certos casos ser procurada por ela mesma. Por quê? Mais um bom tema de tese: de psicanálise!

NÃO HÁ CIÊNCIA SEM PSICANÁLISE

do percurso que seguimos, podemos reter algumas propostas simples.

O singular objeta a uma ciência fundada apenas em cálculo de probabilidades e estatísticas.

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

Uma ciência que reduz o sujeito à suas particularidades individuais é potencialmente capaz de fazer grandes descobertas localizadamente, mas sua má epistemologia lhe proibirá algumas.

Mais grave, uma ciência que apaga as singularidades priva os sujeitos do apoio do sintoma; ela faz deles indivíduos equivalentes uns aos outros, capazes de serem reunidos, não somente numa mesma amostra, mas numa mesma massa, de mesma natureza que aquela que se observa em todos os totalitarismos (ARENDDT, [1951-1966] 1972).

Uma ciência que tornasse impensável a consideração pelo singular (veja a biologia pré-darwinista) é definitivamente uma falsa ciência. Agora, longe de ser desqualificada como ciência, a psicanálise tornou-se de certa forma um meio, senão um critério de avaliação de outros capítulos da ciência!

Obviamente, tais proposições constituem apenas preliminares à elaboração das contribuições específicas da psicanálise. Mediante o que o sujeito constrói um acesso ao que faz sua própria singularidade? Como o sujeito consegue abrigar sua singularidade no laço social sem nele se dissolver nem rompê-lo?! É neste ponto que deveria ser examinada a resposta exumada pela psicanálise e que mobiliza a função paterna. Chique?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. (1951-1966/1972). *Les origines du totalitarisme. Le système totalitaire*. Paris: Seuil.
- BREGGIN, P. B. (2000). *Reclaiming Our Children: A Healing Solution to a Nation in Crisis*. Cambridge, MA: Perseus Book.
- BUNGE, M. (2004). *Matérialisme et humanisme*. Montréal: Liber.
- CHABROL, H.; MASSOT, e.; MONTOVANY, A.; CHOUICHA, K. & ARMITAGE, J. (2004). Modes de consommation, représentation du cannabis et dépendance: études de 159 adolescents consommateurs. *Archives de Pédiatrie*, v. 9, n. 8, (pp.780-788).

TEMPO PSICANALÍTICO, RIO DE JANEIRO, v.40.2, p.???-???, 2008

- COPPENS, Y. & PICQ, P. (orgs.). (2001). *Aux origines de l'humanité*. Paris: Fayard.
- COLLECTIF (2003). L'empire des gènes. *Science et vie*, n. 136, octobre/novembre.
- DUFOUR, D.-R. (2003). *L'art de réduire les têtes. Sur la nouvelle servitude de l'homme libéré à l'ère du capitalisme total*. Paris: Denoël.
- GORI, R. (2004). *La passion de l'ordre dans les logiques de la santé mentale aujourd'hui*. Les nouveaux enjeux de la psychanalyse – subversion et conflictualité – IIIème Journées de la F.e.D.e.P.S.Y., *Analuein*, n. spécial juin, (pp. 18-27).
- GOULD, S. J. (1986). *La mal mesure de l'homme*. Paris: LGF.
- _____. (1997). *Un herisson dans la tempête*. Paris: LGF.
- GUILLAM, A. (2004). *Le passage à la limite dans la société post-moderne*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade de Toulouse II -Le Mirail, França.
- HERNSTEIN, R. & MURRAY, C. (1994). *The Bell Curve*. New York: Free Press.
- KIRK, S. & KUTCHINS, H. (1992/1998). *The Selling of DSM. The Rhetoric of Science in Psychiatry*. New York: Walter de Gruyter, Inc.
- KUPIEC, J.-J. & SONIGO, P. (2000). *Ni Dieu ni gène – por une théorie de la héréditarité*. Paris: Seuil.
- LACAN, J. (1964/1973). *Le Séminaire XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- _____. (1966). La science et la vérité. In: *Ecrits*. (pp. 855-879). Paris: Seuil.
- _____. (1967/2001). Allocution sur les psychoses de l'enfant. In: *Autres écrits*. (pp. 361-371). Paris: Seuil.
- _____. (1974/2001). Télévision. In: *Autres écrits*. (pp. 509-545). Paris: Seuil.
- LECOURT, D. (1992). *L'Amérique entre Darwin et la Bible*. Paris: P.U.F.
- LEWONTIN, R. (2003). *La triple hélice: les gènes, l'organisme, l'environnement*. Paris: Seuil.
- MACARY, P. (2000/2003). *Les trois rêves de René Descartes: un moment inaugural*. L'inquiétant, 6^{ème} colloque Pe.R.U., Lyon 2000. Rennes, PUR, 57-65.

- NELKIN, D. & LINDEE, S. (1998). *La mystique de l'ADN*. Paris: Belin.
- PARKER, I. (1999). Qualitative Research. In: Banister, P.; BURMAN Burman, e.; PARKER, I.; TAYLOR, M. & TINDALL, C. *Qualitative Methods in Psychology – A Research Guide*. (pp. 1-16). Buckingham, PA: Open University Press.
- PIAGET, J. (1974). *Introduction à l'épistémologie génétique- T1: la pensée mathématique; T2: la pensée physique*. Paris: P.U.F.
- _____. (1988). *L'épistémologie génétique*. Paris: P.U.F.
- PICHOT, P. (2001). *La société pure. de Darwin à Hitler*. Paris: Flammarion.
- PICQ, P. (2003). *Au commencement était l'homme – de tournai à Cro-Magnon*. Paris: Seuil.
- POMMIER, G. (2004). *Comment les neuro-sciences démontrent la psychanalyse*. Paris: Flammarion.
- QUINIOU, Y. (2004). Découvrir Mario Bunge. *L'Humanité*, 10 septembre, (p. 22).
- ROUDINESCO, e. (2004). Le club de l'horloge et la psychanalyse: chronique d'un antisémitisme masqué. *Les Temps modernes*, n. 627, (p. 242-254)
- SAURET, M.-J. (1993). Actualité de l'utilitarisme. *Barca! Poésie, politique, psychanalyse*, n. 1, (pp.235-246).
- _____. (1994). Autisme: de qui se moque-t-on ? *Barca! Poésie, politique, psychanalyse*, n. 3, (pp.171-178).
- _____. (1996). Un écueil de la mémoire: la science nazie. *Barca! Poésie, politique, psychanalyse*, n. 6, (pp. 77-17).
- _____. (1999). Le préjugé biologique. In: *Sciences et fictions*. (pp. 27-32). Rennes: PUR.
- SÉRALINI, G.-e. (2003). *Génétiqument incorrect*. Paris: Flammarion.
- SPITZER, R. L.; FORMAN, J. & NEE, J. (1979). DSM-III field trials: I. Initial interrater diagnostic reliability. *American Journal of Psychiatry*, n. 136, (pp.816-817)
- THOMAS, J.-P. (1995). *Les fondements de l'eugénisme*. Paris: P.U.F.
- TRINKAUS, e. & SHIPMAN, P. (1993). *Les hommes de Neandertal*. Paris: Seuil.

NOTAS

- ¹ Este artigo foi publicado em francês na revista *Cliniques méditerranéennes*, Toulouse, Eres, n. 71, 2005, p. 143-168, com uma errata no número 72, 2005, p. 3. A presente versão foi revista para ser publicada no Brasil.
- ² É a questão introduzida por Lacan desde *La science et la vérité: "a psicanálise é essencialmente o que reintroduz o Nome-do-Pai na consideração científica"* (LACAN, 1966: 874-875). Ela é mais claramente expressa ainda com o "projeto radical" que Lacan ([1964] 1973) apresenta no resumo do *Seminário XI*: responder à questão que vai de "a psicanálise é uma ciência!" Até: "o que é uma ciência que inclui a psicanálise!".
- ³ Piaget deduzirá que se a ciência é uma prática de tratamento do real pelo simbólico, ela supõe um operador dotado de capacidades cognitivas. Sabemos que, de certa maneira, ele homologará as etapas do desenvolvimento da criança (para adquirir as operações necessárias para fabricar ciência) às etapas de constituição da ciência ela mesma: a filogênese repete a ontogênese – donde a idéia de estudar a criança para conhecer a ciência (Piaget, 1974, 1998). Nem necessário, nem indispensável!
- ⁴ Ver o excelente dossiê "Collectif, L'empire des gènes". *Science et vie*, n. 136, outubro/novembro de 2003.
- ⁵ Evidentemente é questão de um outro Darwin diferente do que é utilizado pelo darwinismo social, a justo título denunciado por Roland Gori (2004).
- ⁶ Richard Lewontin (2003) indica de forma precisa o erro neste raciocínio: foi esquecido o meio, que é constitutivo e não somente uma determinante no processo.
- ⁷ O primeiro dos cinco livros que compõem o "Pentateuco" (os cinco primeiros livros da Bíblia) atribuídos a Moisés.
- ⁸ Os parágrafos que se seguem são tirados de uma intervenção de Marie-Jean Sauret sobre a passagem ao ato na universidade de Nantes.
- ⁹ NT: Esse é um jogo de palavras feito por Lacan entre as palavras *materialisme* e *mot*, cuja tradução literal seria *palavraterialismo...*
- ¹⁰ Ou então ele funciona à maneira de uma injúria. A esse respeito, convém se interrogar da razão pela qual as categorias da psiquiatria são utilizadas

como insultos: psicopata, louco, débil, histérico, obcecado, perverso, etc. Não será porque intuitivamente sentimos que elas visam o sujeito? É raro, mas não impossível, dentro da lógica (porque se trata igualmente de S1), que nos tratemos por nomes de doenças orgânicas: manco, braço quebrado, maneta, perneteta...

¹¹ Perdoem-me o equívoco entre as *Luzes* e as últimas palavras de Goethe ao afundar na noite da morte: “*Mehr Licht*”.

¹² Na verdade, seria necessário ater-se à função do pai e o verdadeiro agente da castração, o pai real.

¹³ Um único exemplo: em 1987, os membros da *Associação Americana de Psiquiatria* votaram abertamente a introdução no manual do *Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade (TDAH)*. Em novembro de 1998, a conferência de consenso sobre o *TDAH* do *National Institute of Health* nos EUA concluiu pela ausência de dados indicando uma causalidade cortical. Portanto, mais de seis milhões de crianças americanas estão medicadas com ritalina, a molécula adequada. Entre 1999 e 2000, 186 mortes foram imputadas ao tratamento, numerosas crianças apresentam distúrbios comparáveis à cocaínomania e morrem de complicações cardíacas; a ritalina é traficada e muitos se suicidam durante a abstinência. Alteração das funções cognitivas, extração do laço social e estado depressivo acompanham freqüentemente o tratamento introduzido na França (5% dos escolares diagnosticados, 6000 crianças medicadas com ritalina): sem comentários (BREGGIN, 2000).